



VEIL, SIMONE³

Simone Jacob Veil (1927-2017) ficou conhecida como «Madame Europe». Vencedora nas primeiras eleições à presidência do Parlamento Europeu, realizadas por sufrágio universal direto, em 1979, exerceu o cargo de presidente entre os anos de 1979-1982. Um cargo assumido por convicção num momento em que o projeto europeu necessitava de reforçar a sua legitimidade democrática, de se redimensionar e atuar. A sua eleição deveu-se à proximidade política com Giscard d'Estaing, que a escolhera para ministra da Saúde da equipa governamental (1974-1979), onde se distinguiu pela solidariedade política e coragem no enfrentamento de problemas sociais, na tomada de decisões e na abertura ao diálogo interinstitucional. Caso célebre, a defesa da interrupção voluntária da gravidez (VEIL, *Les hommes aussi s'en souviennent*, 2017). Desempenho que levou Giscard d'Estaing a propor e conduzir a candidatura ao Parlamento Europeu, conseguindo designá-la como única representante da direita europeia e garantir os votos necessários. Uma proposta que Simone Veil reconheceu ter sido estrategicamente dirigida contra os antieuropeístas e os resistentes a colaborações com a Alemanha. Giscard d'Estaing sabia que o facto de propor uma deportada não só anulava qualquer suspeita de germanofilia no seu projeto europeísta, como também tinha impacto simbólico. Na autobiografia, publicada em 1997, encontra-se a seguinte observação: «(...) ele viu na minha candidatura um símbolo da reunificação franco-alemã e a melhor maneira de voltar definitivamente a página das guerras mundiais» (VEIL, *Une vie*, 2007, p. 72). Em visão retrospectiva, o processo eleitoral deixou Simone Veil satisfeita: “Tendo sempre defendido calorosamente a eleição do Parlamento Europeu por sufrágio universal, estava satisfeita com os resultados. Esta foi todavia uma época feliz no processo da construção europeia” (VEIL, *Une vie*, ob. cit., p. 72). Na lógica construtivista, a instauração do sufrágio universal direto era uma ótima oportunidade para afirmar o pioneirismo civilizacional da Europa, configurando-se uma época prenhe de esperança na articulação racional da ação política. Esta “época feliz” demarca-se do pessimismo postulado pela tese de Hannah Arendt sobre a responsabilidade coletiva dos europeus face à barbaridade da II Grande Guerra e à banalidade do mal, internalizada por todos: «Um tal

3 Esta entrada foi originalmente publicada no *Dicionário das Grandes Figuras Europeias*, Assembleia da República, 2019, p. 435-439.

pessimismo desagradava-me. Eu tenho mesmo tendência para ver isso como um truque prático: dizer que todos são culpados quer dizer que ninguém o é» (VEIL, *Une vie*, ob. cit., p. 64). Em contra-argumento, a generalização da culpabilidade significaria não admitir a possibilidade de exceção à barbárie humana e de consentir a indiferenciação que culpabiliza todos, ou seja, de esquecer todas as pessoas que salvaram judeus sem o ser e sem os conhecer, colocando-se em risco de vida. Simone Veil reconheceu que a ética da responsabilidade coletiva ponderada em abstrato desconsidera a ética da responsabilidade singular e situacional, consentindo uma letargia pessimista e um sentimento crepuscular. Posicionando-se no polo teórico oposto e com uma ampla panorâmica, a confiança de Veil na humanidade foi mobilizadora e deu a conhecer a abrangência da reconciliação em que era necessário a Europa empenhar-se.

O discurso da tomada de posse, proferido em Estrasburgo, a 17 de julho de 1979, pré-configurou o programa da sua presidência. Duas ideias se destacam no parágrafo inicial e que, pela posição ocupada na abertura do texto, mostram ser o regulador contínuo e o articulador da atuação política: 1) conservar o exercício democrático e 2) priorizar o espírito europeu. Desde logo, a advertência para a dimensão supranacional do Parlamento Europeu e para o regime funcional que o transforma na plataforma de convergência de todos os representantes dos países. Isto significou a declaração de um diferente modo de pensar e de agir, que colocaria a ética ao lado das relações políticas. Merecem destaque outros tópicos programáticos de carácter reformista: inclusividade, identidade viva e atuação concertada.

Um Parlamento inclusivo. A exclusividade masculina da representação presidencial, prolongada desde os “pais fundadores” da Comunidade Europeia, foi contrariada pela eleição de Simone Veil. Uma mudança inovadora e revelante registada no seu discurso de tomada de posse, por duas perspetivas: uma, ao expressar gratidão política à jornalista Louise Weiss (1893-1983) antes de prestar o devido tributo aos presidentes antecessores, referindo-a como modeladora da identidade política europeia, celebrante da paz; outra, ao acrescentar uma nota feminista que alinhava Weiss com a segunda vaga do feminismo francês, empenhado na autonomia deliberativa e decisória das mulheres, bem como na paridade dos papéis sociais e do estatuto político: «Eu gostaria de acrescentar, com a vossa indulgência, mais uma palavra e mencionar a sua [Weiss] excecional contribuição para a luta travada em causa da emancipação das mulheres» (VEIL, *Speech...*, 1979, p. 2). Com a evocação da jornalista fundadora do periódico *L'Europe Nouvelle*, a presidente retomou o projeto europeu de emancipação, interrompido pela guerra, o que, nesse desígnio estratégico, instigava à inclusão das mulheres na primeira linha do corpo governamental. Simone Veil, que estreara o Ministério da Saúde e avançava no Parlamento Europeu, era o rosto da inclusão e da firmeza ativa do feminismo francês, de forte tendência existencialista, a favor da valorização da mulher pelo que é o seu valor humano. A inclusividade tem outra vertente que não só a de género; a vertente da reconciliação entre nações, nomeadamente com a Alemanha, e entre cristãos e judeus. Com a sua entrada no topo institucional e com a proposta de uma política de reconciliação entre países e povos, Veil confirmou a vontade europeia de valorizar a diferença e firmar direitos comuns.

Um Parlamento com identidade viva. Embora não dispondo de poder executivo, Simone Veil investiu na identidade e organização do Parlamento, de modo a encorpar-lhe uma representatividade atuante e, ao mesmo tempo, a ser capaz de detetar sinais de colapso civilizacional, como os que acompanharam a erupção do Holocausto. Em sua perspectiva, a identidade europeia assenta numa essencial determinatividade axiológica que promove um *modus vivendi* democrático e fraterno, pautado pela paz, liberdade e prosperidade, o que configura três desafios urgentes a vivificar e cuidar.

A paz, de fragilidade sempre subestimada, foi assumida como responsabilidade comum dos Estados, não obstante as diferenças entre si. Se, por um lado, se impunha resolver as tensões militares regionais, por outro, havia que estabelecer um horizonte de paz em ordem a não repisar o histórico percurso sangrento e fratricida da Europa. Outro valor identitário priorizado foi a liberdade, cuja importância se reconhece quando se perde, e que importa defender perante eventuais ações arbitrárias do poder estatal e as ameaças de totalitarismo que circundam a Europa. A liberdade, base do civismo europeu, representa o termómetro da saúde da democracia e o alerta de sintomas de mal-estar provocados por particularismos nacionais, por individualismos competitivos e coletivismos estatais. A prosperidade surge como contracenário dos efeitos destrutivos da insegurança e de situações de constrangimento e rutura do tecido social devido à falta de emprego e ao acesso a bens essenciais. Os três desafios requerem solidariedade efetiva: no sentido de reduzir desigualdades sociais e depressões económicas; como condição de possibilidade de uma ética social preocupada com o indivíduo e o coletivo, com o presente e as gerações vindouras, segundo consignam os direitos humanos. A solidariedade é uma garantia da autonomia e da vida em comum e finalidade implícita a toda a comunidade.

A identidade europeia, que Veil tão enfaticamente assumiu na sua presidência como orientação programática, decorreu do reconhecimento de uma identidade mais fundante e irreduzível: a identidade humana na sua dignidade. No discurso de Florença formula a humanista: «Mas o que permanece é, parece-me, a exigência da defesa da pessoa, contra tudo o que visa reduzi-la, nivelá-la, sujeitá-la; é a salvaguarda do indivíduo na sua integridade, na sua irreduzível identidade» (VEIL, *La communauté...*, 1981, p. 21).

Uma identidade humanística enraizada num solo geográfico-histórico-cultural matizado, que mantém duplo registo (nós, o nosso país; nós, Europa) e que abraça um destino comum unido na diferença. A preservação desta identidade não é fácil, mas tem persistido na dinâmica crítica regeneradora, alinhada com o refinamento da defesa dos direitos humanos. Uma defesa que é missão da Europa, como Veil afirmou no discurso de Florença:

«Mas para além dos Europeus, devemos estar conscientes que a nossa Europa tem deveres a respeito do resto do mundo, pelo menos a respeito de todos aqueles que, através do mundo, aspiram à prosperidade, à dignidade, à liberdade. Se devemos, por evidência, resistir à tentação de nos colocarmos como modelo, e de impor os nossos esquemas económicos, políticos ou culturais, devemos também continuar a ajudar os países em via de desenvolvimento» (VEIL, *La communauté*, ob. cit., p. 20).

A defesa dos direitos humanos tornou-se tema da sua política internacional do Parlamento.

Um Parlamento fortalecido: unido atuante. Fortalecer a ação convergente do Parlamento Europeu foi um propósito prioritário anunciado por Veil no discurso da tomada de posse. Tal fortalecimento, decorrente do desempenho democrático dos seus órgãos e em cada uma das suas funções, nomeadamente a de gestão do próprio orçamento, expressou-se em dois apelos correlativos de organização sustentável: 1) apelo à relação entre orçamento responsável e cidadania responsável, afirmando que um parlamento não se deve confinar a si mesmo quando elabora o orçamento, absorvendo todas as verbas, e que os cidadãos, enquanto representados no Parlamento, são pagadores de impostos, ou seja, contribuintes para esse fundo orçamental; 2) apelo à adoção de diálogo orçamental ao longo das suas diferentes etapas de elaboração e aplicação. A instalação de Simone Veil na presidência atacou de imediato não só a desadequação entre o método de trabalho administrativo do Parlamento e a sua vocação para a definição e condução de políticas comuns, bem como contrariou a sobreposição dos administrativos aos parlamentares: «Era necessário transferir o poder dos funcionários, que faziam rodar a máquina, para os parlamentares. O Parlamento era como uma criança que tinha tido grandes dificuldades em nascer. Eu tinha a impressão de a mimar, fazer o papel de mãe de amamentação» (ABELES, *La vie...*, 1992, p.201).

A realização de grandes debates visou ativar a operacionalidade interventiva do Parlamento e centrou-o em questões concretas. Todavia, tais debates também deram conta da tensão introduzida pela presidente, exigindo prudência para não provocar uma crise institucional. Além do debate sobre o exercício orçamental, considerado a «prova de força» (GFELLER, *Réinventer l'Institution...*, 2012, p. 91), há a referir o debate sobre o reforço da coesão interna da Comunidade e a sua defesa. As questões da segurança da Europa não podiam ser consideradas externas nem desconetadas do destino comum, da ação comum e da defesa comum, sob risco de gerar inquietude e enfraquecer o projeto europeu. O debate sobre energia foi inevitável, pois dizia respeito à vida quotidiana dos europeus e as medidas a tomar conjuntamente configuraram um plano de independência energética e de equilíbrio na produção: os limites à importação de petróleo e urânio sugeriram o relançamento da energia nuclear, o desenvolvimento da exploração do carvão e a economia generalizada de energia. Por sua vez, o debate sobre relações externas permitiu pensar a repercussão do alargamento da comunidade a novos países, atendendo ao impacto negativo sobre as exportações no Mercado Comum, a competição equitativa, a abertura de fronteiras para a livre comercialização de produtos e circulação de pessoas. A adoção de uma lógica de protecionismo e acautelamento de recessões económicas obrigou à harmonização de regulamentos, subvenções e medidas compensatórias, bem com à instauração de uma disciplina de preços.

Todos os debates tiveram a marca pessoal de Simone Veil, tendo imposto o compromisso pelo respeito da liberdade de expressão e o reforço do direito de petição para os cidadãos dos países membros da comunidade. Todavia, procurar dar um novo impulso à construção da união económica e financeira da Europa, de modo a gerar uma solidariedade interna resistente à valorização de moedas como o dólar norte-americano, provocou desagradados nacionalistas. Estava em causa a transferência de questões da soberania

nacional para o nível supranacional dos governos e temia-se a provocação de desequilíbrios processuais com consequências em termos de legitimação nacional. Mas também estava em causa o funcionamento institucional, lento e complexo, e as demagogias dos interesses privados e coletivos. Não obstante, Simone Veil conseguiu fixar a ideia de Europa como projeto em permanente construção e impor-se à frente do Parlamento graças à aplicação de um princípio muito simples: “Da minha parte, pensei que o presidente do Parlamento Europeu devia representar a instituição sem qualquer espírito partidário e sem ser ativo no quadro do grupo político que apoiou a sua eleição. Foi assim que eu me fiz aceitar por todos” (DENÉCHÈRE, *Deux Françaises...*, ob. cit., p. 107). Anos depois, com pessimismo, o Parlamento parecia-lhe transfigurado pelo paradoxo da contemporaneidade: o desejo de globalização, ou de exceder qualquer fronteira, e o desejo de enraizamento ancestral, ou de não sair da sua fronteira. Entre o querer ser mais Europa e o não querer ser Europa, o Parlamento afigurou-se-lhe um agregado de bonecas russas; já não a instância da própria Europa (VEIL, *Une vie*, ob. cit., p. 111).

Maria Teresa Santos

Universidade de Évora

Referências

- ABELES, Marc, *La Vie Quotidienne au Parlement Européen*, Paris, Hachette, 1992.
- DENÉCHÈRE, Yves, “Deux Françaises à Deux Moments-Clé de l’Histoire Européenne: Simone Veil en 1979, Catherine Lalumière en 1989”, in *Méditerran Tanulmányok (Etudes méditerranéennes)*, n.º XVII, 2008, p. 105-114.
- GFELLER, Aurélie, “Réinventer l’Institution Parlementaire Européenne”, in *Cultures & Conflits*, n.º 85/86, 2012, p. 81-98.
- VEIL, Simone, “Speech by Simone Veil (Strasbourg, 17 July 1979)”, in *Debates of the European Parliament. Sitting of Wednesday, 18 July 1979*, p. 20-24; *La Communauté et l’Identité Européenne de Mme Simone Veil Président du Parlement Européen. Florence, le 27 novembre 1980*, Florence, Institut Universitaire Européen, 1981.
- VEIL, Simone, *Une Vie*, Paris, Stock, 2007.